

Estudar e viver no Interior: uma escolha consciente



Carlos Sampaio
Professor Adjunto
na ESGIN/IPCB
cfsampaio@ipcb.pt

Numa época em que a informação disponível acerca das ofertas formativas e vantagens e desvantagens de cada Instituição do Ensino Superior (IES), bem como a quantidade de informação em geral era bem menor, preenchi o formulário de candidatura ao ensino superior. Tinha de ordenar as minhas as preferências de curso e instituição numa lista seis hipóteses. Organizei a minhas escolhas em quatro instituições do litoral e duas do interior, tendo sido colocado numa das do interior. Olhando para o passado, com a distância que o tempo permite, estou convicto que foi o melhor para mim.

A decisão de organizar a ficha de candidatura em quatro opções no litoral e duas no interior teve em consideração vários aspetos. No entanto, os mais relevantes foram sem dúvida a área de formação e as hipóteses de entrar no curso desejado. Apesar da proximidade à minha residência ser um fator fundamental na época, não me recordo der ter dado importância ao assunto no momento de ordenar as preferências.

Sendo natural de uma região do litoral de Portugal tive a sorte (na época não fiquei muito feliz com a notícia) de entrar numa instituição situada no interior. Terminei a licenciatura e acabei por iniciar a minha vida profissional novamente no li-

toral. A verdade é que, apesar de estar próximo da minha família, acabei por decidir voltar ao interior, desta vez para a Beira Baixa, uma região do interior, não aquela em que estudei, mas com características e qualidades que considero melhores do que aquela em que estudei. Serei suspeito para argumentar acerca dos benefícios de estudar ou trabalhar e viver no interior. Contudo, independentemente da minha opinião ser condicionada pelo facto de preferir viver no interior face ao litoral, os argumentos que apresento são mais de natureza racional que emocional.

De acordo com um estudo realizado por Martins et al. (2024)¹, inserido no Projeto Europeu Eurostudent VIII, em média, um estudante do ensino superior em Portugal despende um pouco acima de 900 euros por mês para suportar os custos de vida e despesas com educação, sendo o custo com o alojamento aquele que tem mais impacto no orçamento mensal do estudante, rondando, em termos médios, os 300 euros por mês. Tratando-se de valores médios há situações em que os encargos são muito superiores e outras muito inferiores. Contudo, os preços da habitação no litoral são, sem qualquer dúvida, superiores aos do interior. De acordo com informação do Instituto Nacional de Estatística (INE) as rendas (em euros/m²) de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (informação atualizado a 14-05-2024, relativa ao ano 2023) apresentavam uma mediana, no concelho do Porto de 11,72€/m² e em Lisboa 15,22€/m². Comparativamente, nos concelhos correspondentes à Beira Baixa, tal como está definida para efeitos da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUT III), os valores eram de 4€/m². O diferencial do custo da habitação entre as regiões não deve ser desconsiderado na hora da decisão, seja para quem pretende exercer uma atividade profissional, seja para estudantes, residentes permanentes ou não permanentes.

Continuando nas motivações de natureza financeira, também a legislação fiscal prevê benefícios para estudantes que se encontrem em estabelecimento de ensino do interior. Especificamente, está prevista uma majoração

às despesas de educação e formação de estudante que frequente um estabelecimento de ensino situado em territórios do interior ou nas regiões autónomas (desde que preenchidas as condições previstas na Lei - não dispensa a consulta à legislação aplicável para aferição das condições de operacionalização). De igual modo, contudo, neste caso uma medida não exclusiva para estudantes, aqueles sujeitos passivos de IRS que transfiram a sua residência permanente para um dos territórios do interior podem também aproveitar uma majoração da dedução à coleta com encargos com o arrendamento (desde que preenchidas as condições previstas na Lei - não dispensa a consulta à legislação aplicável para aferição das condições de operacionalização).

Centremos a atenção em fatores adicionais, mas fundamentais, para aferir as vantagens de estudar numa região do interior e em particular no IPCB. Comparativamente com instituições de maior dimensão situadas no litoral, uma instituição como o IPCB permite uma maior proximidade entre estudantes, professores e restantes membros da comunidade académica. Permite também maior e melhor conhecimento das necessidades específicas dos alunos, seja pela proximidade, seja pela comunicação, permitindo aos docentes e à entidade de modo geral, adotar as estratégias mais adequadas para ir de encontro às necessidades dos estudantes. Por outro lado, a qualidade do espírito académico será certamente superior à impessoalidade e talvez indiferença que possa existir em instituições de maior dimensão. Turmas com menos alunos, criam a um clima de proximidade entre os estudantes e um ambiente académico mais agradável, bem como um maior envolvimento com a comunidade. Por outro lado, o acesso ao património cultural e natural disponível, sem as enchentes que se verificam em regiões do litoral, possibilita atividades ao ar livre em ambientes naturais.

A qualidade de vida de estudar numa cidade do interior é significativamente superior. Quando comparamos com os grandes centros urbanos, estudar numa região do interior, além do custo de vida inferior, tem associado

um menor tempo gasto em transportes e deslocamentos. Esta redução de tempo, aliada ao stress gerado pelo trânsito ou a mudança entre meios de transporte nas deslocamentos diários, terá efeitos necessariamente negativos no rendimento escolar.

Terminados os estudos, a decisão de desenvolver a carreira profissional em regiões do interior pode muitas vezes ser difícil. Alguns dos argumentos contrários a esta decisão envolvem a eventual falta de oportunidades de emprego na área de formação, nível salarial face ao litoral, distância aos grandes centros urbanos e falta de diversidade e de disponibilidade de determinados bens e serviços, argumentos válidos e que podem ser considerados face aos benefícios efetivos de decidir viver no interior. No entanto, o custo de vida mais elevado do litoral, conjugado com os efeitos negativos do stress diário vivido nos grandes centros urbanos, fazem com que as eventuais melhores oportunidades de emprego e o possível acréscimo salarial não compensem os gastos associados.

Se bem que os argumentos apresentados possam ser contestados com pontos favoráveis a estudar e residir no litoral, a verdade é que as acessibilidades e as infraestruturas da mais variada natureza, havendo vontade, recursos e pessoas para os utilizar, podem ser construídas no interior. De igual modo, os bens e serviços disponíveis em estabelecimentos comerciais e/ou culturais também podem ser

oferecidos em regiões do interior. As empresas também podem eventualmente deslocar estabelecimentos para o interior e proporcionar empregos e níveis salariais similares aos do litoral, casos as condições o permitam e assim o decidam. É também certo que a qualidade do ensino proporcionado nas instituições do interior e do litoral é similar. Contudo, é substancialmente mais difícil, se não impossível, disponibilizar nos grandes centros urbanos a diversidade de ofertas em termos culturais, ambientais, de atividades ao ar livre, combinadas com património histórico, arquitetónico e paisagístico disponíveis no interior. Vale a pena considerar o interior não apenas como uma opção de recurso, mas como uma escolha estratégica e consciente para quem valoriza qualidade de vida, proximidade e um ambiente de estudo mais acolhedor e personalizado. Não era esta a ideia que tinha quando conheci o resultado da minha candidatura ao ensino superior. No entanto, a experiência que resultou do período em que fiz a minha licenciatura e o meu percurso profissional acabou por me mostrar mostrou que vale a pena escolher o interior.

1. Martins, S. C. (Coord.), Machado, B., & Mauritti, R. (2024). *Inquérito às Condições Socioeconómicas e Académicas dos Estudantes do Ensino Superior, 2023*.